
RELAÇÕES DE GÊNERO E CONHECIMENTO EM PSICOLOGIA: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA CRÍTICA¹

Luciana Dadico²
Universidade de São Paulo, Brasil.

RESUMO. Este trabalho apresenta algumas discussões recentes levantadas pela teoria crítica feminista, que contribuem para problematizar a objetividade científica da psicologia. Denuncia-se, primeiramente, falsa neutralidade de gênero que, embutida na ideia de um ser humano genérico, conduz a uma necessária revisão de conceitos supostamente universais. Um desses conceitos é aquele de justiça, que permeia estudos sobre moral em psicologia do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, discute-se a predominância de determinado gênero nas universidades, instituindo e legitimando experiências específicas no processo de construção de conhecimentos na área. Exploram-se artigos de autoras feministas identificadas com o campo teórico-crítico, com foco na questão da identidade, bem como nas implicações políticas das concepções de linguagem envolvidas em suas posições. Por fim, dialogando-se com autores da primeira geração da escola de Frankfurt, propõe-se a consideração da dialética entre conceito e experiência para a construção de novos saberes e estratégias visando à igualdade de gênero. Espera-se mostrar que a crítica feminista atingiu pilares importantes da psicologia, que, como ciência, não pode permanecer inerte frente aos desafios que lhe vêm sendo colocados. Os diversos campos da psicologia precisam se mobilizar na construção de estratégias emancipatórias, capazes de assegurar a própria validade dos conhecimentos produzidos pela área.

Palavras-chave: Feminismo; linguagem; teoria crítica.

GENDER RELATIONS AND KNOWLEDGE IN PSYCHOLOGY: CONTRIBUTIONS FROM THE CRITICAL THEORY

ABSTRACT. This paper presents some recent discussions raised by the feminist critical theory, which contribute to put in question the scientific objectivity of Psychology. It is alleged, first, a false neutrality of genre, built on the idea of a generic human being. This discussion leads to a necessary revision of supposedly universal concepts. One of these concepts is that of justice that pervades studies on moral in Psychology of Development. At the same time, it discusses the prevalence of a certain gender in universities, by establishing and legitimizing specific experiences in the construction of knowledge in the area. It explores works of feminist authors identified with the Critical Theory, focusing on the question of identity, as well as the political implications of language concepts involved in their positions. Finally, dialoguing with authors of the first generation of the Frankfurt School, it is proposed to consider the dialectic between concept and experience for building new knowledge and strategies for gender equality. It is expected to show that the feminist critique reached important pillars of psychology, which, like science, cannot remain inert in front of the new challenges. The various fields of psychology need to mobilize for construction of emancipatory strategies in order to ensure the very validity of the knowledge produced in the area.

Keywords: Feminism; language; critical theory.

¹ *Apoio e financiamento:* Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

² *E-mail:* ludadico@usp.br

RELACIONES DE GÉNERO Y CONOCIMIENTO EN PSICOLOGÍA: CONTRIBUCIONES DE LA TEORÍA CRÍTICA

RESUMEN. Este artículo presenta algunas discusiones recientes planteadas por la teoría crítica feminista, que contribuyen a cuestionar la objetividad científica de la psicología. Se denuncia, en primer lugar, una falsa neutralidad de género, basada en la idea de un ser humano genérico, que lleva a una necesaria revisión de conceptos supuestamente universales. Uno de estos conceptos es el de la justicia que impregna estudios sobre moral en Psicología del Desarrollo. A la vez, se analiza la prevalencia de un determinado género en las universidades, lo que resulta en el establecimiento y la legitimación de experiencias específicas en la construcción del conocimiento en el área. Se exploran artículos de autores feministas identificadas con el campo teórico-crítico, centrándose en la cuestión de la identidad y las implicaciones políticas de los conceptos del lenguaje involucrados en sus posiciones. Por último, en diálogo con los autores de la primera generación de la Escuela de Frankfurt, se propone considerar la dialéctica entre el concepto y la experiencia para la construcción de nuevos conocimientos y estrategias para la igualdad de género. Se espera que muestre que la crítica feminista alcanzó importantes pilares de la psicología, que, al igual que la ciencia, no pueden permanecer inertes frente a los retos que se han planteado a él. Los diversos campos de la psicología tienen que movilizar a la construcción de estrategias emancipadoras para garantizar la validez misma del conocimiento producido en el área.

Palabras-clave: Feminismo; lenguaje; teoría crítica.

Introdução

Alguns trabalhos recentes em âmbito nacional têm procurado trazer as discussões sobre o feminismo para o interior da disciplina especialmente por meio: a) da investigação do papel das mulheres na história da psicologia (Portugal & Jacó-Vilela, 2012); b) abordando o caráter relacional que as questões de gênero comportam para a prática psicológica – debate que vem sendo conduzido especialmente dentro dos conselhos regionais de psicologia e por grupos de trabalho das diversas associações de pesquisa da área; ou ainda c) problematizando a formação e a atuação profissional do psicólogo quanto às questões de gênero (Gesser, Oltramari, Cord, & Nuernberg, 2012; Borges, Canuto, Oliveira, & Paz, 2013; Melo & Barreto, 2014).

O presente trabalho focaliza os aspectos epistemológicos, tocados pela crítica feminista recente, que analisa as implicações do predomínio histórico de uma visão masculina nos âmbitos filosófico e científico, buscando discutir algumas de suas consequências para a construção do conhecimento em psicologia. Esta discussão problematiza certas pretensões objetivistas da disciplina, desde que pressupostos tomados como neutros, objetivos e imparciais são, na verdade, portadores de uma visão de mundo específica. Isto é, algumas perspectivas e conceitos psi, longe de referidos aos seres humanos em geral, como pretendido pela teoria, encontram-se fundados em uma falsa neutralidade de gênero. O foco inicial desta crítica é a denúncia do conceito de um “ser humano genérico”, cuja suposta universalidade encontra, no entanto, correspondência bastante concreta em um gênero determinado.

Simone de Beauvoir (1949/1970) foi uma das primeiras pensadoras preocupadas em demonstrar como o sujeito epistêmico, idealmente abstrato e identificado com o ser humano em modo geral, é na verdade coincidente com a figura do homem, não se entendendo igualmente à mulher. Longe de ser afirmada (ou de conseguir autoafirmar-se) como sujeito, a mulher é considerada *o Outro*, um objeto³ – categoria esta que não apenas deslegitima a atividade reflexiva das mulheres, mas comporta todo um conjunto de consequências de ordem social, cultural e pessoal, analisadas por Beauvoir (1949/1970) ao longo de sua obra. Estas envolvem desde a questionável definição do que seja uma mulher – sua situação biológica, psíquica e social – até sua história, relações consigo mesma e com o mundo.

Atualmente, a crítica feminista tem se ocupado em denunciar e analisar as condições por meio das quais se estabeleceu essa falsa neutralidade de gênero no seio do pensamento ocidental moderno

³ É interessante lembrar que as mulheres fazem seu ingresso na psicologia exatamente como objeto de estudo: quando as histéricas começam a lotar as clínicas psiquiátricas no final do século XIX, dando ensejo ao aparecimento da psicanálise.

(Okin, 2008) e quais as implicações desse problema para a filosofia política, para a teoria do conhecimento e para as lutas emancipatórias dos diversos grupos sociais na contemporaneidade.

É importante notar que a própria universidade, como instituição potencialmente reprodutora ou questionadora do *status quo*, encontra-se profundamente imbricada no problema, a partir do momento em que a relativização de seus fundamentos compromete seu papel institucional, colocando em questão a objetividade e legitimidade de suas contribuições para a construção do conhecimento e para a promoção da autonomia.

Uma das vertentes dessa crítica denota a crescente percepção de que os espaços acadêmicos tradicionais têm conformado ambientes substancialmente brancos e masculinos, e que esse fato não se deve apenas à predominância numérica de homens de certa classe social em postos de maior poder. Se por um lado a própria divisão do trabalho nas sociedades modernas oferece maiores vantagens competitivas aos homens no mercado de trabalho, por outro, verifica-se que os critérios mesmos para avaliação de mérito intelectual são atravessados por uma lógica discursiva, formatada em um quadro histórico de exclusão.

Young (2001) defende que uma saudação respeitosa e a valorização de formas discursivas alternativas (como a narração e o uso de exemplos particulares, eventualmente mais presentes nas falas das mulheres) podem ajudar a assegurar o direito à voz de agentes tradicionalmente silenciados nos espaços públicos. Direito este que se apresenta como um componente fundamental da igualdade de direitos sob os regimes democráticos. Uma ponderação a ser feita aqui é que não se consegue corrigir distorções tão profundamente entrelaçadas ao preconceito e às diversas formas de reificação apenas com uma atenção maior a falas peculiares de falantes habitualmente desprestigiados, outrossim já formadas em ambientes particulares, essencialmente privados. A necessária verificação de diferenças discursivas entre os diferentes gêneros e grupos sociais, bem como de sua recepção desigual nos espaços públicos, que precisa ser evidentemente combatida, não pode ser remediada, porém apenas com medidas voluntaristas e tolerantes, restritas ao campo das disputas argumentativas. A maior presença e voz das mulheres nos espaços públicos apresentam-se como demanda efetiva. Outro problema colocado aqui surge dentro de instituições complexas, e/ou cuja finalidade imediata não é política – não ensejando, portanto, um protagonismo político – como é o caso das universidades – cuja missão demanda antes a instituição e a avaliação de mérito acadêmico.

A crítica de Seyla Benhabib (1991) à desconsideração do *outro concreto* na história do pensamento ocidental contribui para a focalização das *concepções epistemológicas* que norteiam a produção de uma linguagem genérica, historicamente associada a um universo de experiência masculino. Benhabib (1991) – e com certa diferença de enfoque também Cohen (2012) – recupera o trabalho de Rawls para denunciar o modo como se instituiu a dicotomia entre o público e o privado, operada desde o liberalismo de Locke. Nesse processo, ela localiza as raízes de uma distinção público-privado que, instaurada com o intuito de preservar a família das ingerências estatais, acabou, na verdade, por excluir tanto as noções de poder quanto de justiça do universo familiar, deixando de alcançar as mulheres e de considerá-las cidadãs portadoras de direitos. Como denuncia Benhabib (1991), tal divisão assegurou ao homem o pleno domínio sobre a família e, conseqüentemente, sobre as mulheres, desde então condenadas ao ciclo perene das atividades domésticas de reprodução. Diante desse quadro, faz-se necessário rever alguns pressupostos importantes sobre os quais se apoiam diversas disciplinas conformadas nesse contexto (que a autora propõe nos termos de uma “genealogia das teorias do contrato social”, expressa por meio de um exame da distinção tradicionalmente estabelecida entre justiça e vida boa).

A noção de justiça e a psicologia do desenvolvimento moral

Desde que certa noção de justiça é inerente aos estudos de desenvolvimento da moral em psicologia, Benhabib (1991) recupera a crítica de Carol Gilligan ao Manual de Psicologia Cognitiva e do Desenvolvimento, de Lawrence Kohlberg (publicada em um artigo da década de 1980, denominado “Desenvolvimento moral no limiar da adolescência e da idade adulta: crítica e reconstrução da Teoria

de Kohlberg”), para discutir as implicações teórico-práticas, decorrentes de determinada visão de Estado.

O estudo de Kohlberg mencionado, que investigara longitudinalmente 26 estudantes universitários, mostrava um significativo retrocesso do desenvolvimento na passagem da idade adulta à adolescência, apontando para a necessidade de uma revisão da teoria. Embora confirmando essas conclusões de Kohlberg, tanto Gilligan quanto seus colaboradores notaram uma discrepância adicional entre a teoria e os resultados do estudo, especialmente no que dizia respeito ao persistente baixo nível no escore das mulheres em relação aos homens. O artigo propunha, então, uma distinção entre “formalismo pós-convencional” e “contextualismo pós-convencional”, entendido como capaz de abarcar os dois tipos encontrados no estudo. No primeiro grupo, de formalistas pós-convencionais, a solução de problemas seria habitualmente oferecida por meio da construção de um sistema capaz de solucionar quaisquer problemas morais a partir de conceitos abstratos como contrato social ou direito natural. No segundo grupo, dos contextualistas pós-convencionais, nenhuma resposta era percebida como objetivamente correta, quando apartada de seu contexto, – algumas respostas e modos de pensar, neste grupo, destacavam-se em relação às outras.

A explicação de Gilligan para as discrepâncias identificadas no estudo será dada em função de uma “distinção entre ética da justiça e do direito e ética do cuidado e da responsabilidade” (Benhabib, 1991, p. 88), engendrada desde que o julgamento moral das mulheres mostra-se tendencialmente “mais contextual, mais imerso nos pormenores dos relacionamentos e narrativas” (p.88) e mais inclinadas, portanto, a revelar sentimentos de empatia e simpatia pelo outro particular.

Gilligan concorda com Piaget na afirmação da necessidade de definição de um ápice de maturidade que sustente uma teoria do desenvolvimento, colocando em questão, porém, o modelo de maturidade instituído: “A contextualidade, narratividade e especificidade do julgamento moral das mulheres não é sinal de fraqueza ou deficiência, mas manifestação de uma visão de maturidade que encara o eu como imerso numa rede de relacionamentos com os outros” (Benhabib, 1991, p. 88).

A resposta de Kohlberg a Gilligan sustenta, de modo diverso, que justiça e direito, cuidado e responsabilidade não respondem por dois trajetos diferentes do desenvolvimento, mas por duas orientações morais distintas: uma orientação para os direitos e outra para o cuidado, que não seriam dicotômicas entre si. Kohlberg acaba por considerar que o contextualismo pós-convencional de Gilligan diria mais respeito a questões do ego do que a problemas de desenvolvimento moral.

A exposição desse embate por Benhabib (1991) visa, como anunciado anteriormente, evidenciar as profundas e diversificadas consequências da disseminação histórica de um modelo de justiça comprometido em suas raízes, que acabou por relegar as mulheres ao “lar das emoções” (Heller, 2009). O imaginário pertinente às teorias moral e política tradicionais teria impactado profundamente a consciência moderna e estaria presente desde os mais banais exemplos de briga entre irmãos, relatados por Freud ou Piaget, até o papel da mãe na educação do *Emílio* de Rousseau, nos quais as mulheres modernas, imersas na a-historicidade cotidiana da vida privada, simplesmente não encontram lugar.

Benhabib (1991) defende a necessária inclusão do ponto de vista do outro concreto como forma de assegurar a manutenção do potencial teórico da universalidade como conceito (de uma “universalidade interativa”, para empregar o termo defendido por ela). Assim, defende ela, faz-se necessário que a abstração do comum, reportada ao particular, passe a incluir entre seus pressupostos a equidade e a reciprocidade complementar como forma de garantir o reconhecimento de necessidades e valores pertinentes à esfera privada.

A despeito da importância dessa solução, é necessário frisar, contudo, que sua consideração não corrige por si as distorções produzidas no próprio universo de experiência em que as diferenças entre os gêneros são engendradas. Isto é, a exclusão histórica das mulheres dos espaços públicos (e também das instituições de produção do saber) não pode ser revertida com o recurso exclusivo à crítica conceitual. As condições para a superação da barbárie envolve a apropriação dialética dessa história, de formas e conteúdos por meio das quais nossa cultura se constituiu e hoje se revela. Exatamente por isso não basta que a linguagem acadêmica possa alcançar o universo das mulheres (tal como a consideração do outro concreto, abraçado por Benhabib, parece tornar possível), mas à mulher também devem ser facultadas a apropriação de uma linguagem conceitual-abstrata e a

oportunidade para seu exercício, sem o que sua própria experiência, enquanto articulada à linguagem, tende a se tornar potencialmente mais pobre.

Tendo por horizonte a transformação das instituições e espaços públicos, acadêmicos ou não, a fim de torná-los mais permeáveis à participação e à experiência das mulheres, bem como a transformação dos saberes produzidos nesses espaços, a pergunta passa a ser: Quais as estratégias necessárias para propiciar essa mudança?

Posições bastante distintas podem ser confrontadas nesse debate, conforme o diagnóstico que oferecem e/ou também da própria noção de crítica que subjaz essas reflexões e proposições. Ante a afirmação de que o nominalismo oferecerá uma doutrina limitada, insuficiente para abarcar as especificidades das mulheres enquanto seres concretos (Beauvoir, 1949/1970) em especial dentro de um arcabouço conceitual-abstrato historicamente masculino, as diferentes teorias têm se debruçado, sobretudo, nas contradições embutidas no emprego ou na recusa de *termos identitários* como fundamento para a luta política das mulheres e grupos sociais marginalizados.

É significativo notar, nesse sentido, que grande parte das autoras feministas, consideradas representantes da “nova esquerda feminista” nos Estados Unidos, sobretudo, reivindicam uma filiação à teoria crítica da sociedade (Silva, 2008), dialogando com o paradigma comunicativo de Habermas (1981/2012) e/ou com o conceito de reconhecimento resignificado por Axel Honneth (2003).

De maneira bastante arbitrária, podem-se dividir as posições críticas desenvolvidas nesse campo entre: a) aquelas que reiteram a importância estratégica de se defender a noção de uma identidade individual e/ou grupal como forma de assegurar o acesso a políticas públicas e a luta por justiça/reconhecimento; e b) aquelas que, de modo contrário, buscam desconstruir essas identidades, na medida em que julgam desnecessário unificar pautas excessivamente plurais em torno de categorias móveis, que, reificadas, contudo, poderiam contribuir mais para a opressão do que para a emancipação de grupos já estigmatizados. No segundo grupo, encontram-se duas expoentes de peso do feminismo contemporâneo: Judith Butler e Nancy Fraser.

A questão da identidade de gênero

Para Judith Butler (1990/2003), embora a representação dê visibilidade às mulheres enquanto sujeito políticos, por outro lado, essa representação promove a recaída em uma função normativa que distorce o que é verdadeiro a respeito delas. Radicalizando a crítica ao nominalismo realizada por Beauvoir, ao mesmo tempo em que denuncia a polaridade “determinismo-livre-arbítrio”, presente na sua filosofia, Butler denuncia os perigos de se afirmar que todos os elementos da situação, como o corpo, são atravessados por construções culturais e discursivas, quando de maneira inversa, como lembra Foucault, é a alma que acaba se tornando uma prisão para o corpo. Dado a instabilidade do sujeito, a utilização de um termo pretensamente capaz de encerrar as informações a respeito dele acabaria redundando em uma reificação das relações de gênero.

Butler (1990/2003) defende que a ideia de uma “unidade” não constitui requisito para a prática política. Pelo contrário, a própria categoria “mulheres” continua em disputa, do mesmo modo que aquela de “gênero” segue como “coalizão aberta”. Assim, com o intuito de desconstruir as operações políticas que produzem e ocultam essas operações, e inspirada pela crítica pós-estruturalista francesa, ela defende a necessidade de levar a cabo uma genealogia feminista, projeto ao qual se dedica em seu trabalho.

Deparando-se com a contradição temporal, posta por uma ideia de normatividade alimentada por (ao invés de construtora de) práticas formativas e pela própria experiência, Butler (1990/2003) argumenta que a própria experiência reporta-se a ideais normativos. Isso ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, ela supõe que as categorias de gênero se dissipariam por si mesmas no caso de uma ruptura da hegemonia heterossexual, ou seja, que o emprego de certos termos torna-se automaticamente desnecessário em um contexto material que deixa de exigir seu uso.

O caminho adotado por Fraser (2001), por sua vez, propõe uma estratégia discursiva diretamente reportada à sua própria avaliação das estratégias de remediação das injustiças verificadas nos dias de hoje. Enquanto diagnóstico, uma das grandes inovações trazidas pela obra de Fraser (2001) refere-se

à reintrodução das discussões sobre as diversas modalidades de desigualdade material, produzidas no bojo do neoliberalismo, como necessária para corrigir o que ela sugere tratar-se de um “lapso de falsa consciência”. “Lapso” este que teria se limitado à substituição de um imaginário socialista – expresso em termos como “interesse”, “exploração” e “redistribuição” –, por outro imaginário, centrado em noções como “identidade”, “dominação cultural” e “reconhecimento”. Nesse sentido, ela defende uma teoria crítica do reconhecimento, combinada com uma política social de igualdade, ora capaz de remediar injustiças socioeconômicas que se somam àquelas cultural-simbólicas, mas não estão contempladas nestas.

A diferente natureza dessas duas problemáticas envolveria diferentes estratégias para seu enfrentamento, que não poderiam ser mais resumidas a medidas de reconhecimento, mas que ensejam também, de forma importante, medidas de redistribuição (ainda que possa haver entrelaçamentos importantes entre uma e outra). Dentre as diversas coletividades sociais, algumas demandariam um modelo redistributivo de justiça e outras, um modelo de reconhecimento, enquanto algumas, de mais difícil análise, ajustar-se-iam simultaneamente a ambos os modelos. Fraser (2011) dedica-se, então, a explorar os extremos e meandros desses espectros conceituais.

Nessa análise, Fraser (2001) não se preocupa em discutir a adequação ou não de certas concepções às coletividades existentes. No caso de gays e lésbicas, por exemplo, importaria pouco saber quais as visões de sexualidade em questão. Sua preocupação, nesse momento, está voltada para a avaliação das eventuais necessidades de remediação demandadas pelo grupo. Assim, é possível perceber que, embora homossexuais possam sofrer injustiças econômicas, estas não estão arraigadas na estrutura econômica, mas despontam como resultado de uma estrutura cultural-valorativa injusta. Questões de “raça” e gênero, a seu turno, implicariam na formação de coletividades ambivalentes, o que significa dizer que, a despeito de suas particularidades, os dois grupos comportam dimensões político-econômicas e culturais-valorativas ao mesmo tempo. O princípio de gênero, por exemplo, é definido como um estruturador básico da economia política. Isto é, com justiça, seria possível simplesmente abolir as distinções econômicas entre os gêneros. Mas, como o sexismo implica também a depreciação da mulher em uma cultura androcêntrica, sua remediação requer a outorga de um reconhecimento positivo. O dilema surge exatamente quando reconhecimento e redistribuição acabam apontando para direções opostas.

Fraser (2001) propõe, então, que as medidas de reconhecimento e redistribuição sejam discutidas à luz das concepções alternativas de *afirmação* e de *transformação*. As primeiras estariam voltadas para “a correção de resultados indesejáveis de arranjos sociais sem perturbar o arcabouço que os gera”, ao passo que as segundas visariam à reestruturação do próprio “arcabouço genérico” que produziria esses resultados (p. 266). Analisando os diversos cruzamentos entre a aplicação de remédios afirmativos e transformativos com políticas de redistribuição e reconhecimento, a autora conclui que os remédios afirmativos produzem efeitos perversos tanto em relação às injustiças econômicas quanto as culturais. No primeiro caso, porque esses remédios acabariam suportando e modelando diferenças de classe, ao invés de aboli-las. No segundo caso porque, como resultante dinâmica da primeira medida, as práticas afirmativas culminariam na estigmatização. Por isso as práticas transformativas seriam, de modo geral, mais aconselhadas, na medida em que têm por alvo a transformação das próprias estruturas macroeconômicas, produtoras das desigualdades, tendendo, portanto, a minar a diferenciação de classe em sua raiz (Fraser, 2001, p. 270). Como consequência, estas promoveriam a reciprocidade e a solidariedade, modificando as próprias relações de reconhecimento, e, consigo, as ambivalências inerentes a certas coletividades. Dessa maneira, pode-se perceber que, apesar de empregar tipos ideais como instrumento em seu processo de análise, ela ressalta a dificuldade em delimitar as coletividades em causa, ao mesmo tempo em que o cerne de sua proposta aponta também para uma desconstrução cultural, ora acoplada, porém, ao socialismo econômico como meta de justiça.

Criticando a aproximação empreendida por Fraser (2001) entre questões de gênero e de raça, Ina Kerner (2012) procura mostrar que sexismo e racismo constituem-se de formas distintas. Em uma apropriação própria da filosofia foucaultiana, o trabalho de Kerner (2012) também contribui para embaralhar o quadro das identidades estabelecidas, ao mostrar que arranjos fixos são insuficientes para abordar problemas cruzados, resultantes de uma combinação própria de injustiças. Para ela,

apenas em alguns casos de racismo e sexismo dariam ensejo a analogias mútuas, e seus entrelaçamentos estariam necessariamente associados ao contexto em que ocorrem. Isso não significa, porém, que as complexas relações entre ambos sejam autoexcludentes, mas, sim, que as diversas formas de inter-relação entre ambas pedem uma análise mais detalhada, que Kerner (2012) qualifica como o estudo das *interseccionalidades*⁴. Esses entrelaçamentos se desdobrariam tanto em uma dimensão epistêmica, na medida em que se torna mais complexo abarcar a pluralidade e diferenciações internas das categorias em representações específicas, quanto em uma dimensão pessoal, pois as identidades étnicas e de gênero, por exemplo, dificilmente podem ser diferenciadas com clareza em seu processo de formação.

Localizando o problema da identidade no interior da sua crítica à democracia deliberativa, Iris Young (2001) entende que, ao invés de se apresentar como condição prévia da deliberação, a unidade deveria figurar como objetivo do diálogo político. Dessa forma, o consenso deveria abarcar, na medida do possível, as pluralidades em conflito, superando perspectivas subjetivistas e interesses particulares. Analisando as contradições embutidas nesse modelo, especialmente no que tange à manutenção de privilégios via consenso, Young (2001) aposta na eficácia do processo comunicativo e em sua racionalidade ao propor um modelo de democracia comunicativa, capaz de superar a necessidade de identificação dos diversos grupos frente às instâncias representativas, em nome de maior pluralidade e da participação direta. A democracia comunicativa envolveria, assim, uma transformação na própria experiência, favorecida pelo confronto de posições plurais, com uma crescente compreensão dos processos sociais nos quais a própria experiência está fundada, o que por sua vez conduziria à maior objetividade social⁵.

No primeiro grupo, agora defendendo a importância estratégica de uma noção de identidade, além dos trabalhos de Seyla Benhabib (expostos no início deste artigo, com sua ponderação sobre a necessidade de considerar o outro concreto enquanto componente epistêmico das categorias morais), encontram-se os trabalhos de Susan Okin (2008) e de Jean Cohen (2012).

Embora também parta de uma crítica aos efeitos deletérios que pressupostos estruturados em uma dicotomia público-privado (que tradicionalmente exclui as mulheres da esfera pública e do direito à justiça), e sem romper completamente com a noção de desconstrução, Okin (2008) critica o que ela denomina de “respostas meramente terminológicas aos desafios feministas” (p. 309). Segundo ela, “termos neutros ... frequentemente obscurecem o fato de que grande parte da experiência real das ‘pessoas’, enquanto elas vivem em sociedades estruturadas por relações de gênero, de fato dependem de qual é seu sexo” (Okin, 2008, pp. 309-310). Como exemplo candente de seu argumento, a autora mostra que a correta condução da discussão sobre o aborto não pode ser levada a cabo, desconsiderando-se que a relação da mãe com o feto é completamente diferente daquela do pai. Tanto do ponto de vista psicológico quanto histórico-antropológico, a experiência das mulheres conduz a formas diferentes de constituição de seu psiquismo e de sua individualidade. A defesa da individualidade permite estender os direitos outrora assegurados apenas ao chefe de família às mulheres como indivíduos, a quem caberia igualmente o direito à privacidade, como forma mesmo de correção das desigualdades produzidas em âmbito privado.

De forma ainda mais candente, Jean Cohen (2012) defende “uma ‘redescritção’ dos direitos à privacidade pessoal como contribuição à tarefa de teorizar sobre uma “política de ‘identidade’ igualitária, democrática e liberal, adequada às sociedades civis modernas” (p. 166, grifos da autora). O incisivo argumento de Cohen (2012) mostra que, por trás da luta pelo direito à individualidade, privacidade e intimidade da mulher, está o direito à proteção das condições que nutrem a formação de sua identidade concreta única – incluindo seu direito à diferença em relação às normas sociais vigentes e à integridade de sua personalidade –, como pano de fundo do quadro no qual se insere a

⁴ Para Kerner (2012), “o termo ‘intersecções’ serve como símbolo para todas as formas *possíveis* de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de ‘raça’, etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências” (p. 55, itálicos da autora).

⁵ Recuperando o embate entre Sócrates e os sofistas no “Górgias” de Platão, Young faz um elogio da retórica (que Sócrates não teria conseguido distinguir efetivamente da verdade). Daí sua proposta de um modelo de debate público, capaz de superar as desigualdades postas no acesso de grupos marginalizados à palavra – fator que poderia se constituir num obstáculo prévio ao seu projeto democrático.

defesa do direito ao aborto. Assim como “não é uma casualidade que tenhamos corpos”, estes são “centrais para nosso mais básico sentido de individualidade, para nossa identidade e nossa dignidade pessoal” (Cohen, 2012, p. 195). Ou seja, no centro da controvérsia sobre o aborto, está “precisamente a individualidade e a identidade da mulher” (p.196).

Com essa divisão dual em torno aos diferentes conceitos e disputas nutridos pelo do problema da identidade, em seus amplos espectros, não se pretendeu oferecer uma classificação reducionista ou inócua da questão, mas evidenciar as concepções teóricas de fundo que têm norteado a crítica feminista recente. A partir da divisão proposta, torna-se mais fácil perceber que muitas das soluções encontradas nesse contexto têm oscilado predominantemente entre alternativas nominalistas e desconstrucionistas, esquivando-se de uma compreensão dialética das relações entre linguagem e experiência.

Partindo-se da necessidade de incorporar as contribuições recentes oferecidas no campo da teoria crítica ao problema posto pela desigualdade de gênero na construção dos saberes e práticas psi, considera-se importante recuperar alguns trabalhos de autores da denominada “primeira geração” da escola de Frankfurt, capazes de oferecer uma compreensão mais aprofundada das relações entre experiência e linguagem, abrindo, assim, novos caminhos de estudo para questões que seguem em disputa no campo da crítica feminista.

Considerações finais

A experiência feminina na construção de novos saberes

Desde que os sujeitos apropriam-se da linguagem culturalmente estabelecida ao longo de sua história pessoal, e que a própria linguagem é construída na medida em que as palavras se fazem necessárias dentro de um contexto de experiência determinado, ambos os polos precisam ser abarcados conjunta e dialeticamente em uma discussão sobre a transformação das relações de gênero no interior das instituições, inclusive das encarregadas da produção do conhecimento. Ante o diagnóstico de que as mulheres têm sido historicamente apartadas dos espaços públicos, faz-se necessário justificar por que a sua ausência nesses espaços constitui problema efetivo para a construção de conhecimentos em psicologia. Daí a importância de recuperar alguns trabalhos de autores da denominada “primeira geração” da escola de Frankfurt, especificamente aqueles que tocam a relação entre experiência e linguagem.

Embora esses autores não tenham se dedicado aos problemas envolvendo as relações de gênero, salvo em momentos específicos, uma compreensão mais acurada das relações entre experiência e linguagem pode nutrir de forma importante a crítica feminista, sugerindo outrossim estratégias mais bem articuladas para o enfrentamento das desigualdades de gênero e de suas consequências.

Recuperando-se a leitura de Theodor Adorno (2001) da noção de “esquema” kantiana, é possível evidenciar as relações mútuas entre experiência e conceito para a promoção do entendimento. Se, para Kant (1781/2012), “os conceitos sensíveis puros não se assentam sobre imagens dos objetos, mas sobre esquemas” (p. 183), “as categorias [suscetíveis de uso empírico] sem os esquemas são apenas funções do entendimento relativas aos conceitos, mas não representam objeto algum” (p. 187). Isto é, a filosofia kantiana buscava resolver a discrepância entre a categoria que descreve o objeto e o objeto em si, argumentando a favor da existência de um “estágio intermediário entre intuição e conceito, uma espécie de modelo ou imagem” (Adorno, 2001, p. 131). O uso desses modelos torna possível tanto reconhecer aquilo que se percebe quanto associar uma imagem ao conceito. A questão decisiva que atravessa o processo de construção do conhecimento nesse contexto é que, nas sociedades contemporâneas, vê-se cada vez mais provido com esquemas prontos ao invés de se construir esquemas próprios, fruto da experiência, em relação com as coisas. Esse processo atravessa

tanto o processo de elaboração dos conceitos (conduzindo a generalizações que já não guardam semelhança com seus objetos) quanto a percepção dos objetos, ora distorcida e comprometida por falsas projeções – dando lugar ao preconceito. Na medida em que a percepção do objeto é ultimada por elementos interiores ao sujeito e exteriores ao objeto, abre-se espaço para a interveniência do sofrimento recalcado – que atua na base psicológica do preconceito e das apercepções patológicas (como no caso daquelas que ensejam o ataque aos judeus). Daí a dificuldade de se combater o preconceito de modo geral, e especificamente aquele de gênero, que se discutiu aqui.

Em parte, esse seria o motivo pelo qual o declínio da experiência contribui para a corrosão da formação e a difusão de um espírito alienado: elementos culturais, aprovados de antemão, substituem-se à autodeterminação da consciência, enquanto, na outra ponta, a consciência cindida e distante da práxis manifesta-se sob a forma de um simulacro da experiência, fortalecendo sua reificação e produzindo uma consciência falsa. Aí um dos prejuízos evidentes na desconsideração da experiência feminina dos processos formativos: distanciando-se da experiência feminina, os saberes instituídos, mancos retornam à sociedade como esquemas. Conhecimentos produzidos exclusivamente por homens não correspondem necessariamente à diversidade da experiência que buscam explicar, além de excluírem de antemão uma fonte de experiência que, por si mesmos, os homens não são automaticamente capazes de suprir⁶.

Desde que linguagem e experiência encontram-se indelevelmente associadas, a questão passa a ser, então, como conduzir esse círculo de determinações mútuas a um giro virtuoso, no qual tanto a crítica faça-se capaz de dar ensejo a percepções menos estereotipadas, exteriores às necessidades dos sujeitos concretos, quanto, por outro lado, a experiência possa participar na construção de conhecimentos mais vivos, consonantes com as necessidades objetivas e subjetivas do conjunto de seus indivíduos, e não apenas de sua parcela já constituída como elite política e pensante.

Os termos construídos a partir do incremento no saber psicológico precisam nutrir-se de uma relação viva com a experiência. Experiência esta que, dado seu caráter simultaneamente histórico, social e individual, universal e particular, é a única capaz de oferecer ocasião ao pensamento, bem como o lastro necessário para assegurar a validade dos conhecimentos produzidos em psicologia. Nesse sentido, parece pouco frutífero atuar em apenas uma das extremidades dessa cadeia, notadamente aquela da linguagem – seja pela via da desconstrução dos discursos ou pela via da afirmação identitária de gênero. Enquanto não for possível promover transformações da experiência, capazes de ensejar *concretamente* relações de gênero igualitárias, a linguagem da desigualdade continuará a ser ouvida e produzida. As instituições encarregadas da formação e da produção do conhecimento precisam engajar-se ativamente nesse processo, considerando a complexidade dos fenômenos aí envolvidos.

Espera-se ter conseguido, neste brevíssimo artigo, mostrar, em primeiro lugar, que a crítica feminista atingiu pilares importantes da psicologia, que, como ciência, não pode mais permanecer indiferente ou inerte perante os desafios que lhe vêm sendo colocados. Os diversos campos da psicologia precisam se mobilizar na construção de estratégias emancipatórias, capazes de assegurar a própria validade dos conhecimentos produzidos pela área. Mais do que isso, parece evidente que ainda é necessário avançar muito na construção de saberes capazes de responder às demandas e desafios propostos de forma cada vez mais incisiva pela nossa sociedade, oferecendo estratégias mais articuladas na promoção da igualdade de gênero.

⁶ A defesa na consideração da experiência feminina para a construção do conhecimento não diz respeito à garantia ou preservação de “um lugar de fala” (Safatle, 2016), nem de assegurar uma divisão mais igualitária dos bens culturais (sem desmerecer tais pautas, assinala-se, bastante legítimas, tendo-se em vista o acintoso crescimento das desigualdades políticas, sociais e econômicas sob o neoliberalismo).

Referências

- Adorno, T. W. (2001). *Kant's critique of pure reason* (R. Livinstone, Trad.). Stanford, CA: Stanford University Press.
- Beauvoir, S. (1970). *O segundo sexo: fatos e mitos*. (Milliet, S., Trad.). São Paulo: Difel. (Original publicado em 1949).
- Benhabib, S. (1991). O outro generalizado e o outro concreto: a controvérsia Kohlberg-Gilligan e a teoria feminista. In S. Benhabib & D. Cornell (Orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade* (pp. 87-102). Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos.
- Borges, L. S., Canuto, A. A. A., Oliveira, D. P., & Vaz, R. P. (2013). Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas. *Psicologia: ciência e profissão*, 33(3), 730-745.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1990).
- Cohen, J. L. (2012). Repensando a privacidade: autonomia, identidade e a controvérsia sobre o aborto. *Revista brasileira de Ciência Política*, 7, 165-203.
- Fraser, N. (2001). Da redistribuição ao reconhecimento: dilemas da justiça na era pós socialista. In J. Souza (Org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea* (pp. 245-282). Brasília: Ed. UnB.
- Gesser, M., Oltramari, L. C., Cord, D., & Nuernberg, A. H. (2012). Psicologia Escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade. *Revista semestral da Associação brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, 16(2), 229-236.
- Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1981).
- Heller, A. (2009). *A theory of feelings*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield.
- Honneth, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed.34.
- Kant, I. (2012). *Crítica da razão pura* (F.C. Mattos, Trad., 2a. ed.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Original publicado em 1781).
- Kerner, I. (2012). Tudo é interseccional? sobre a relação entre racismo e sexismo. *Revista Novos Estudos*, 93, 45-58.
- Melo, R. A. & Barreto, D.J. (2014). Formação em Psicologia: discursos e saberes sobre experimentações de Gênero. *Psicologia: ciência e profissão*, 34(3), 676-689.
- Okin, S. M. (2008). Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, 16(2), 305-332.
- Portugal, F. T. & Jacó-Vilela, A. M. (Orgs.). (2012). *Clio-Psyché: gênero, psicologia, história*. Rio de Janeiro: NAU Editora.
- Safatle, V. (2016, 1 de janeiro). Sem perspectiva, *Folha de São Paulo*, Recuperado em 17 de fevereiro, de 2016, de <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2016/01/1724843-sem-perspectiva.shtml>
- Silva, F. G. (2008). Iris Young, Nancy Fraser e Seyla Benhabib: uma disputa entre modelos críticos. In M. Nobre, *Curso livre de teoria crítica* (pp. 199-226). Campinas-SP: Papirus.
- Young, I. M. (2001) Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In J. Souza (Org.), *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea* (pp. 365-386). Brasília: Ed. UnB.

Recebido em 16/03/2016

Aceito em 30/05/2016

Luciana Dadico: doutora em psicologia escolar e do desenvolvimento pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e pesquisadora de pós-doutorado pela mesma instituição. Concluiu estágio de doutoramento na *Scuola Normale Superiore* di Pisa e de pós-doutoramento junto ao programa de teoria crítica da Universidade da Califórnia, em Berkeley.